

POLÍTICA

GOVERNO

Economia não foi julgada nas urnas, diz Malan

Helvio Romero/AE24/8/2000

Brasil
Para ministro, vitórias do PT nas eleições municipais se deram por questões locais

BRASÍLIA – O sucessor do presidente Fernando Henrique Cardoso, independentemente do partido a que pertença e do discurso político que faça para se eleger, vai ter de manter a política de controle da inflação, na avaliação do ministro da Fazenda, Pedro Malan. Segundo ele, a inflação sob controle é de interesse da esmagadora maioria da sociedade brasileira e exige permanente vigilância, porque ainda não pode ser considerada uma conquista definitiva.

O ministro discorda da interpretação de que o resultado das eleições, na qual o PT conquistou prefeituras importantes, foi um recado contra a política econômica do governo. Segundo ele, o debate não incluiu questões nacionais e internacionais. O eleitor votou no candidato com melhores soluções para problemas locais. E reelegeu os bons administradores.

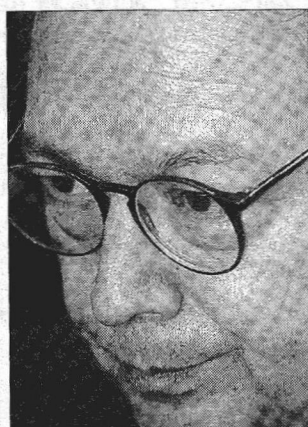
Ele reafirma que não será candidato à sucessão presidencial: “Eu já deixei absolutamente claro em mais de uma ocasião que não pretendo, nunca fui, não sou e não serei candidato e reajo quando vejo matérias que dizem que no mais profundo ângulo do meu ser eu

acalento o sonho secreto de selo. Fico fascinado com a capacidade telepática das pessoas ao escrever com tanta certeza e convicção coisas que vêm simplesmente de sua fértil imaginação.”

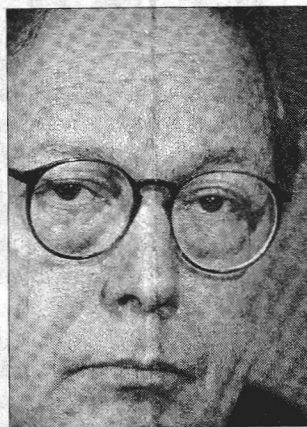
A seguir, os principais trechos da entrevista, concedida a Sílvia Faria, Leandra Peres e Lu Aiko Otta:

■ **Sucessão** – “Eu não falo sobre pessoas. Quem quer que venha a assumir a responsabilidade pela gestão da coisa pública no âmbito federal será obrigada, necessariamente, de uma forma ou de outra, a levar em conta que o controle da inflação é uma demanda da sociedade para que ela funcione de maneira minimamente estável e previsível. Eu tenho meu moderado otimismo em relação ao País e seu futuro qualquer que venha a ser o resultado soberano do povo brasileiro nas urnas.”

■ **Inflação** – “À medida que se



“O eleitorado mostrou uma enorme capacidade de votar em função da avaliação que fazia das administrações anteriores”



“Eu já deixei absolutamente claro em mais de uma ocasião que não pretendo, nunca fui, não sou e não serei candidato”



Este governo foi o que mais aumentou em termos reais os gastos na chamada área social. Em educação, na saúde em particular. Não aceito essa crítica de que este governo, tão preocupado com a parte macroeconômica, a parte fiscal, da inflação sob controle, não tenha comprometido com a ampliação dos níveis de eficiência do gasto social no Brasil. O problema é que o Brasil é um país com carências sociais tão gritantes que sempre parecerá que há muito por fazer nessa área.”

■ **Salário mínimo** – “Não dá para ter um discurso puramente político que diz que o reajuste tem de ser feito de qualquer maneira, como se não houvesse nenhuma implicação. Depois de o Congresso ter dado autonomia para cada governador decidir o valor do mínimo em seu Estado, tanto no setor público, quanto no privado, é um problema de avaliação fiscal que cada governador pode fazer, sabendo das consequências e implicações. Deixamos claro quando fomos ao Congresso: ou se corta gastos, ou aumenta a receita, ou faz uma combinação dos dois para quem não deseja aumentar a dívida e trazer de volta a inflação.”

■ **Ajuste** – “Acho que os benefícios derivados da estratégia escolhida pelo governo vem claramente dando resultados. Os si-

consolidar a idéia de que a inflação sob controle interessa à esmagadora maioria da população brasileira, que tem um enorme significado para o País e seu futuro, poderemos ter um debate político e ideológico sobre as questões que realmente interessam e não sobre se restrição orçamentária deve ou não ser respeitada, se é uma questão neoliberal ou não, porque não é. Acho que estamos tendo um grau maior de racionalidade na discussão econômica, um grau de maturidade política maior do que tínhamos antes e uma democracia que se consolida. A continuidade do trabalho que terá sido feito ao fim do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso é um processo de consolidação desses ganhos.”

■ **Eleições** – “Eu não leio o resultado das eleições como tendo configurado um amplo debate sobre grandes questões nacionais ou internacionais. O eleitorado mostrou uma enorme ca-

pacidade de votar em função da avaliação que fazia das administrações anteriores. No Espírito Santo, onde Vítor Buaziz fez um governo do PT que não foi bem sucedido, isso teve um efeito. Lá o PT não elegeu um prefeito sequer. No Rio, elegeu apenas um. Em São Paulo, 47% dos prefeitos do PT não foram reeleitos. Só pode significar que o eleitorado de cada município avaliou a partir da experiência do prefeito anterior frente às alternativas oferecidas.”

■ **Prefeitura de São Paulo** – “Não há espaço para mudança de contrato de reestruturação de dívida que temos firmados com 25 governos estaduais e 180 municípios. Não há espaço para a interpretação de que é possível reduzir o percentual de 13% para pagamento da dívida. Eu entendi o que está sendo sugerido (pela prefeita eleita de São Paulo). Existem gastos, nos vários ministérios do governo, que são gastos em municípios e Estados e aí, obviamente, é uma questão de apresentar os melhores pro-

gramas e projetos na definição das prioridades de cada ministério.”

■ **Pressões por gastos** – “Teoricamente sou a favor de que o Brasil gaste mais com educação, saúde, reforma agrária, desenvolvimento regional, em irrigação. Mas alguém tem de somar, saber quanto custa. Não é possível um processo que não considere o aumento de gasto sem considerar as fontes de financiamento. Não se trata de discutir o mérito do gasto. Seria ótimo aumentar o salário mínimo, assim como seria ótimo elevar a renda per capita do brasileiro. Mas essas questões não são puros atos de vontade. Essas coisas estão ligadas a outros pleitos, à capacidade de financiá-los sem pressão inflacionária.”

■ **Responsabilidade fiscal** – “Eu vejo declarações e atos de governadores e prefeitos mostrando que o grau de consciência da restrição orçamentária e da necessidade de responsabilidade fiscal aumentou, e

muito, no Brasil. Há uma clara percepção de que existe hoje uma restrição orçamentária e isso não é uma coisa neoliberal, de direita ou de esquerda. Qualquer responsável pela gestão pública em qualquer país do mundo está obrigado a levar em conta isso, quando assume responsabilidades. Acho que, nesse sentido, o Brasil está mudando.”

■ **Acordo político** – “Acho que as oposições no Brasil que legitimamente pretendem se apresentar como alternativas ao exercício do poder estariam fazendo um serviço não só ao País, mas a si próprias, se comprometendo com a preservação da inflação sob controle como algo que interessa à maioria da população. Acredito que estamos na direção correta. Essas questões, em qualquer país organizado do mundo, não têm nenhuma conotação político-ideológica.”

■ **Gastos sociais** – “As pessoas que dizem que o governo não aplica no social não se dão ao trabalho de olhar os números.

nais de melhora em 2000 já são evidentes, como mostram o crescimento econômico e a queda do desemprego. O esforço permitiu que o superávit primário originalmente programado para 2001, da ordem de 3,35% do PIB, fosse reduzido para 3% do PIB. É uma mostra do nosso reconhecimento à necessidade de não fazer um superajustamento.”

■ **Argentina** – “Os nossos fundamentos são seguramente muito, mas muito melhores, do que tivemos há dois, três anos, quando tivemos de enfrentar o efeito da crise asiática e a moratória russa. Há um reconhecimento de todos de que o Brasil está mais preparado para enfrentar essas vulnerabilidades do que era há algum tempo atrás. Os efeitos nós já sentimos. O fato de o crescimento argentino ficar entre 0,5% e 1%, na medida em que é o nosso segundo parceiro comercial, tem efeito nas exportações brasileiras.”